

A VERTICALIZAÇÃO EM BELÉM-PARÁ, BRASIL, NOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS: A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS SEGREGADOS E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO-AMBIENTAIS

Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira¹
Carmena Ferreira de França²
Carlos Alexandre Leão Bordalo³

Introdução

A inserção da Amazônia na ordem capitalista mundial está expressa de forma contundente na implantação, principalmente no território paraense, dos chamados Grandes Projetos. Esta inserção tem desencadeado um processo de urbanização intensa e caótica na região, a partir da década de 70, acentuada ainda mais na década seguinte.

Em Belém, uma das principais metrópoles da Amazônia, os efeitos desse processo se fizeram notar de diferentes formas. A cidade se espalhou horizontalmente em direção à periferia, sobretudo, a partir da década de 70, através de três vetores principais: as rodovias Belém-Brasília (BR-316), a via de entrada e saída de Belém, Augusto Montenegro e Arthur Bernardes, assim como, se expandiu também, verticalmente, com maior força, na década de 80.

Três fatores muito importantes se destacam ainda hoje no processo de produção do espaço urbano, do qual a verticalização acentuada dos anos 80 foi apenas um desdobramento: 1) As características morfológicas adversas do sítio urbano de Belém, ou seja, suas baixas cotas altimétricas, as quais não ultrapassam os 15 m de altura (PENTEADO, 1968); 2) As numerosas bacias hidrográficas que entrecortam a cidade, constituídas por *igarapés*³; 3) A concentração dos equipamentos urbanos na 1ª Légua Patrimonial⁴, o que contribuiu para a valorização dos seus terrenos mais elevados, principalmente, os das áreas centrais.

Segundo Oliveira (1992), a verticalização de Belém, originada na década de 40, na área central, obedeceu à lógica da produção e valorização do espaço da cidade, limitando-se, inicialmente, às áreas mais altas e valorizadas. Essas áreas estavam valorizadas pelas suas edificações associadas ao apogeu do ciclo da borracha, que promoveu a construção de prédios monumentais (o Teatro da Paz, o da extinta empresa de navegação inglesa, Booth Line, o da Companhia das Docas do Pará – CDP etc),

¹ UFPa; coimbra@amazonline.com.br

² UFPa; carir@nautilus.com.br

³ UFPa; carlosbordalo@aol.com.br

assim como, pelo alinhamento da Avenida Presidente Vargas, executado na gestão de Magalhães Barata, na década de 30.

A verticalização em Belém surgiu, inicialmente, na Avenida Presidente Vargas (antiga Avenida 15 de agosto) porque a via pública, nos anos 40, reunia uma série de condições especiais. Possuía altas cotas de nível, acesso ao porto e se interligava à Estrada de Nazareth e à Estrada do Utinga por linhas de bonde que, por sua vez, tinham acesso à estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Além disto, nela estavam instalados escritórios de grandes companhias de navegação, os principais hotéis, bares, cafés e restaurantes, e, algumas casas comerciais mais requintadas de Belém. Ela era, de fato, o principal corredor econômico do novo centro comercial, por onde transcorria toda a vida social da cidade (PENTEADO, 1968).

Na década de 50, a verticalização começou a ultrapassar o eixo central representado pela avenida Presidente Vargas e dirigiu-se apenas pontualmente para alguns bairros ainda dentro da área central, como Batista Campos e Nazaré. Esta necessidade de expandir a verticalização para aqueles bairros decorreu da necessidade de expansão da malha urbana, impulsionada pelo crescimento populacional.

A partir dos anos 60, a verticalização se expandiu para outros terrenos altos, nas áreas de entorno da Avenida Presidente Vargas e das praças centrais da cidade, como a da República e a de Batista Campos. Estas novas áreas de crescimento vertical foram favorecidas pelo fácil acesso ao eixo principal da cidade e pela utilização de suas praças como áreas de lazer.

Na década de 70, o processo de verticalização que já havia se instalado nos bairros de Nazaré e Batista Campos, se direcionou para outros bairros centrais, como Reduto e Umarizal. Foi nesta fase, que a engenharia local superou as dificuldades técnicas de construir prédios em terrenos consolidados, de baixas cotas altimétricas. Nela destacou-se, ainda, a atuação do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), como agente financiador de edifícios, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). As economias local e regional, haviam sido, então, estimuladas pelos incentivos fiscais liberados pela também extinta Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Na década de 80, os terrenos centrais tiveram seus preços inflacionados, pois, suas ofertas atingiram níveis de saturação. Agravando esta tendência, houve também neste período acentuado crescimento populacional.

Assim, a verticalização deixou de se concentrar nos bairros centrais e passou a se dirigir para os bairros do Marco e da Pedreira, fora destas áreas, que, no entanto,

apresentavam cotas de nível médias, largas avenidas, alguns equipamentos urbanos e fácil acesso ao centro. À medida em que o processo de verticalização se expandia, crescia a implantação de infra-estrutura urbana. Tais processos implicaram em alterações físico-ambientais no sítio intra-urbano, como por exemplo, aterros de planícies inundáveis, aberturas e pavimentação de ruas, calçamentos, retificação de canais de drenagem e redução das áreas verdes da cidade. Essas alterações resultaram na produção de uma nova morfologia para a cidade (FERREIRA, 1995).

O processo de verticalização de Belém, que acabamos de resumir e simplificar, foi analisado por Oliveira (1992) e tem aparecido em trabalhos acadêmicos de outros autores paraenses, como monografias de graduação e de especialização, porém, sempre de forma bastante pontual, com enfoques de aspectos isolados.

Desenvolvimento

Nas últimas três décadas, uma nova tendência na verticalização em Belém, parece estar se configurando, simultaneamente, com o visível aumento dos níveis de densidade populacional, e conseqüente elevação de gabaritos, que passando dos trinta e três, chegou em 2004, a lançamentos de prédios de 40 pavimentos, configurando-se assim, novas modalidades de seletividade social. Estas modalidades parecem definidas por: 1) altos padrões físicos e estéticos dos prédios e altos preços dos imóveis; 2) aproveitamento das últimas áreas centrais da cidade, especialmente, os bairros mais valorizados, mas também, os contíguos, como o Marco. Serão, portanto, se confirmada a tendência, geradoras de produção de segregação sócio-espacial não registrada em fases anteriores do processo de verticalização de Belém.

Assim, este trabalho tem como objetivo principal, detectar a ocorrência de segregação sócio-espacial no processo de verticalização de Belém, nos últimos trinta anos, localizando-a no espaço intra-urbano de Belém, assim como, verificar em que medida a alocação da infra-estrutura necessária para o arranjo da verticalização provocou a redução das áreas verdes, como por exemplo, a redução dos antigos e extensos quintais e mudanças das feições morfológicas do sítio urbano.

A necessidade de se estudar a verticalização e as conseqüentes modificações do ambiente urbano decorrem da observação empírica de que o quadro estudado por Oliveira (1992), vem sendo bastante modificado nos últimos anos.

A preferência por terrenos dos bairros mais centrais, já privilegiados em outras fases (OLIVEIRA, 1992), ainda se mantém, de forma bastante reforçada. Entretanto, ao lado dela, a tendência para a verticalização se afastar da área central, não só permaneceu, como aparentemente se acentuou chegando até mesmo ao Telégrafo,

bairro ainda mais distante do que o do Marco para onde também já tinha se dirigido. Portanto, um elemento novo em relação ao quadro do processo da verticalização em Belém, já estudado por nós, parece ser uma mais clara manifestação de sua força para se manter, e até se intensificar. Outros elementos novos são os sucessivos lançamentos e construções em diferentes áreas da cidade, de prédios de apartamentos com elevados padrões e gabaritos, muitos dos quais, atingindo mais de 30 pavimentos, e muito recentemente, chegando aos 40, limite permitido pelo Ministério da Aeronáutica, nunca vistos antes.

Vale a pena ressaltar também, que o entendimento para a subida dos altos gabaritos apresentados pela verticalização estão relacionados com a manipulação de mecanismos usados pelas construtoras e incorporadoras sobre a legislação que limitava os índices de aproveitamento dos terrenos até três vezes, passando, após a aprovação da última legislação (L.C.C.U.) em 1998, que estabeleceu um índice básico de aproveitamento de quatro, podendo chegar até 6, dependendo da zona de localização do imóvel. Fica evidente que o interesse das construtoras e incorporadoras na liberação dos gabaritos está atrelada ao fato de que quanto mais unidades de apartamentos, maiores os lucros obtidos nos empreendimentos, como também demonstra o nível de especulação que o capital imobiliário atingiu na cidade.

Em meio a estes dois novos elementos que a pesquisa tem revelado, está se configurando o surgimento da produção de áreas verticalizadas, com níveis de segregação sócio-espacial, ou seja, áreas cada vez mais elitizadas e selecionadas, reservadas a uma parcela reduzida da população, solvável, que se enclausura em torres de alto padrão de construção.

A necessidade, portanto, de retornarmos à pesquisa se impõe pelas recentes transformações de um quadro, muito complexo, como o da verticalização de Belém. Uma antiga visão da produção de segregação sócio-espacial na cidade parece estar cada vez mais se revelando inadequada. Segundo aquela visão, as classes sociais privilegiadas se concentravam nos terrenos mais altos da cidade, enquanto as outras classes, tidas como subalternas, eram empurradas para as áreas alagadas ou atingidas por enchentes. Como os terrenos altos e mais equipados se concentram nas áreas centrais da cidade, isto produzia um tipo de segregação sócio-espacial, mesmo que de contornos não muito bem definidos. Haveria, então, a seguinte correlação, definidora deste tipo de segregação sócio-espacial na cidade: classes privilegiadas/ terrenos de cotas elevadas/ áreas centrais; classes não-privilegiadas/ terrenos alagados/ áreas não-centrais.

Essa correlação já vinha se mantendo desde 1616, quando da implantação do núcleo inicial da cidade, e ali, as instituições que comandaram a fundação de Belém, – a

dos militares e dos religiosos – logo se apropriaram dos terrenos mais elevados (COIMBRA, 2002). A correlação atravessou quase três séculos e se tornaria não somente visível, mas gritante, durante as sucessivas gestões de Antônio Lemos, na virada do século XIX para o XX. Lemos, com os recursos propiciados pelas exportações da borracha amazônica, de fato, remodelou Belém, melhorando na cidade a rede de esgotos, os transportes coletivos, a iluminação elétrica, os calçamentos, o serviço sanitário, o cais, o matadouro municipal, a limpeza pública, o corpo de bombeiros, as praças, o bosque etc, além de planejar o bairro do Marco. Esta grande obra de Lemos, contudo, seria marcada por um planejamento urbanístico, no qual era óbvia a presença de segregação sócio-espacial. Ao estudar as gestões de Lemos, (SARGES, 1990, p.169) acentua a respeito de Belém:

O cenário central vai se transformando em 'espaço elegante e chic', por onde deveria desfilar a burguesia exibindo seu poder, luxo e riqueza. O resultado desta modelação da cidade é a elitização do espaço urbano com a erradicação dos setores populares para as áreas mais distantes do centro.

Ocorre, porém, que a área central não é composta só de terrenos altos. Ao contrário, estes terrenos são reduzidos por numerosas bacias hidrográficas pelas quais a área é cortada. Como estas bacias são ladeadas por *baixadas*⁵,. Isto significa que até pela área central de Belém se estendem também os terrenos baixos que predominam em outras áreas da cidade.

Além disso, como já dissemos, desde a década de 80, tem se esgotado a oferta de terrenos altos na área central, no mercado imobiliário de Belém. Deste modo, parte da classe social privilegiada que não conseguiu se instalar nas áreas centrais passou a ocupar prédios de altos padrões físicos e estéticos fora daquelas áreas. Assim, não só aquelas velhas correlações entre classes sociais e localização no sítio urbano de Belém foram embaralhadas como, nota-se, através da própria terminologia, para distinguir as classes sociais que habitam a cidade se tornou mais detalhada. Hoje, é mais usual falar-se em classe alta, média-alta, média-média etc, numa distinção que leva em conta rendimento familiar, padrões de consumo etc. Além disto, aquelas antigas correlações não se referiam específica e concretamente a espaços verticalizados. Portanto, estas alterações do quadro de segregação sócio-espacial em Belém, exigem a elaboração de uma nova "radiografia" social do espaço urbano da cidade.

Desta forma, verificamos que as áreas de concentração de prédios de altos padrões físicos e estéticos exibidas pelo *skyline* de Belém, quando a cidade é vista a partir da Baía de Guajará, ou de suas áreas altas, parece mostrar uma intensificação da

produção de segregação sócio-espacial, promovida, principalmente, nos dez últimos anos.

Observa-se, também, que as repetidas campanhas publicitárias de lançamentos e vendas de apartamentos destinados às classes sociais específicas, sobretudo às alta, média-alta, até média-média indicam que o mercado imobiliário local passou a valorizar mais este tipo de segmentação, como estratégia de comercialização de imóveis.

Um outro fato observado, o da destinação dos imóveis à determinada classe social, nessas campanhas publicitárias, pode ser verificado através das dimensões dos imóveis, ou seja, apartamentos medindo em média 200m; das distribuições das suas plantas internas, visto pelos altos padrões destes imóveis, que possuem, predominantemente, três a quatro suítes com gabinete; grandes sacadas; excelentes padrões dos acabamentos internos e dos sofisticados revestimentos externos; áreas condominiais cada vez mais equipadas, dando destaque ao lazer, com piscinas, quadras de esporte, churrasqueira, espaço de *fitness*, sauna etc e dos números de vagas de suas garagens, que giram em torno de três a quatro.

No que diz respeito à ação das empresas imobiliárias desses imóveis verticalizados, verificou-se a fusão de empresas incorporadoras e construtoras surgidas nos últimos cinco anos no mercado imobiliário de Belém, com outras estabelecidas já há mais tempo nele, reveladas nas campanhas publicitárias. Isto parece ocorrer pela necessidade de acúmulo de capital para aplicação na construção de prédios mais arrojados, mais modernos e mais luxuosos.

Um dos principais marcos teóricos da pesquisa refere-se à conceituação de *verticalização*. Para nós, *verticalização* é um processo resultante da produção do espaço urbano, caracterizado pela multiplicação do seu solo, através da superposição de imóveis sobre um mesmo terreno (SOUZA, 1989) – processo que se constitui numa forte indicação de presença, na economia de uma determinada cidade, de relações capitalistas avançadas.

Um pressuposto que adotaremos: a verticalização acaba gerando uma intensa valorização de sua área de abrangência, que leva, conseqüentemente, à valorização do espaço nela. (MORAES e COSTA, 1984).

Como nossa principal preocupação consistiu em detectar se a verticalização tem produzido, nos últimos trinta anos, espaços de segregação sócio-espacial, isto nos obriga, igualmente, a ter entendimento claro do conceito de segregação. Um dos autores que apresentam uma definição deste conceito é Villaça (2001, 142). Para ele, “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais

tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros (grifos do autor) da metrópole”. Chama a atenção os grifos do autor para ressaltar a não-concentração em uma única região ou em um único bairro de determinada camada social. A relevância da segregação, como um fenômeno subjacente à produção do espaço urbano contemporâneo, foi demonstrada não somente por Villaça (*Op. Cit.*), como também, por Lojkine (1981), Castells (1983), Somekh (1987), Lobato (1989), Lago (2000) e por vários outros autores.

Esta questão parece se evidenciar em várias áreas de Belém, através de altos preços dos imóveis e de aspectos físicos e estéticos destes, especialmente nos últimos dez anos. Os altos preços dos apartamentos e seus aspectos sofisticados e luxuosos indicam com ênfase, que eles são destinados, exclusivamente, às parcelas da população de maior poder aquisitivo, ou seja, as da classe alta e média-alta. Entretanto, estes dados não são suficientes para se identificar com precisão o segmento social a que se destinam tais imóveis, num espectro que compreenda desde a classe alta, a média-alta, até, talvez, parcelas da classe média-média, daí o levantamento de campo já feito e sua complementação para o aprimoramento dos dados.

Trabalhar com distinções de classes sociais sabemos bem, muitas vezes cria ciladas, como alerta Preteceille (1994, p. 23 *apud* Lago 2000). Diz aquele autor:

é muito esquemático reduzir a questão da segregação à oposição binária ricos-pobres, mesmo que os sinais físicos e estéticos dos contrastes sociais estejam cada vez mais exacerbados. Se, por um lado, os espaços exclusivos das categorias sociais abastadas são evidentes, por outro, a diversidade da estrutura social e a complexidade de sua distribuição espacial continuam em crescimento.

Além disso, estamos conscientes, também, de que a estrutura social de Belém tem as suas especificidades próprias de metrópole surgida no contexto de uma economia regional e periférica, dentro do qual se torna ainda mais fluida a distinção das diversas classes.

Esta consciência nos leva a perceber a relevância da compreensão da função de uma metrópole dentro de sua região para quem pretender situar Belém no contexto da Amazônia. Na procura desta compreensão nos parece útil o que diz Corrêa (2002, p. 68). Para o autor, é na metrópole que se instalam a maior parte das sedes sociais das maiores corporações.

a metrópole transforma-se, por excelência, em centro de gestão do território, ou seja, em centro de investimento e acumulação de capital, centro privilegiado do ciclo de reprodução do capital, onde se dá a gestão do processo de criação do valor e criação, circulação e apropriação da mais-valia em amplo espaço geográfico.

Cada metrópole possui suas especificidades reveladas, inclusive, nas suas modalidades de segregação sócio-espacial, como mostra Lago (2000, p. 16) que analisou a questão no sítio urbano do Rio Janeiro. Ao falar desta metrópole, a autora revela:

No entanto, por todo o espaço metropolitano, formas precárias de moradia vêm se expandindo de modo significativo, gerando uma crescente aproximação entre pobres e ricos no lugar de residência. É nesse contexto que emergem novas modalidades de segregação sócio-espacial, baseadas na exclusividade residencial e comercial, tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas.

No caso de Belém, isto parece se confirmar também, pois é visível no seu espaço intra-urbano, o surgimento de segregação sócio-espacial, embora seja necessário demonstrar este fato e medir os níveis de adensamento desta segregação, que parece configurar-se em alguns bairros e áreas mais específicas, privilegiadas da cidade, como aquelas que usam a proximidade da baía de Guajará, ou a visão dela como uma evidente amenidade física e que as empresas aproveitam como *marketing* para usufruir de renda diferencial, construindo prédios de alto padrão, com sacadas voltadas para a baía.

Quanto à metodologia, podemos destacar o uso do método materialismo histórico-dialético e do sistemismo para a análise ambiental. Quanto aos procedimentos metodológicos, tivemos o seguinte: Fizemos pesquisa bibliográfica e documental sobre verticalização, quando levantamos os projetos de edifícios, aprovados e registrados pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) e na Diretoria de Serviços Técnicos do Corpo de Bombeiros.

Nesta fase coletamos a lista dos projetos de imóveis já construídos e aqueles a serem construídos, tendo em vista o cruzamento destas informações com aquelas que buscaremos nas construtoras e nas incorporadoras que trabalham com prédios verticalizados. Reunimos e analisamos a legislação mais atual referente à verticalização em Belém, quando realizamos um estudo comparativo desta legislação com as

anteriores, a fim de observar as alterações ocorridas. O estudo proporcionou a compreensão dos efeitos destas alterações, como, por exemplo, a liberação de gabaritos para zonas específicas na década de 90.

Levantamos dados através de entrevistas semi-estruturadas com funcionários das empresas imobiliárias (construtoras e incorporadoras) e com engenheiros e arquitetos da SEURB e da Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Belém (CODEM). Em seguida, fizemos a plotagem do material coletado, quando ficou confirmada a existência de áreas verticalizadas apresentando níveis diferenciados de segregação sócio-espacial em Belém e uma nítida redução das áreas verdes.

Considerações Finais:

Podemos concluir que a verticalização em Belém, nos últimos trinta anos tem se acelerado, a ponto de produzir, especialmente, na última década, áreas segregadas por uma parcela privilegiada da população, correspondente à classe alta e média-alta. Esta segregação sócio-espacial pode ser identificada e mapeada, com o auxílio de fotos aéreas, ortofotos e do SIG (Sistema de Informações Geográficas), como também, da pesquisa de campo. Nesta última, ficou muito visível na paisagem intra-urbana, não só pelo *skyline*, como pelo aspecto físico-estético dos edifícios, ou seja, altos e sofisticados padrões no revestimento externo, grandes sacadas, grande dimensão e distribuição funcional interna dos apartamentos, equiparação da área condominial, com área de lazer completa, sofisticação na oferta de modernos serviços, como restaurante, serviços de lavanderia etc, assim como, os altos preços desses imóveis, que atingem, nas áreas mais valorizadas cerca de R\$1.700,00 a R\$1.800,00 o m², ou seja, um dos mais caros do país. Com relação à sofisticação na oferta de opções de serviços condominiais, *Internet* com banda larga e TV a cabo, parece ser uma tendência nacional, assim como, a generalização de revestimento externo. Há uma tendência à estandarização desse modelo de verticalização.

Quanto aos aspectos teóricos, essa tendência de se configurar a presença de áreas verticalizadas segregadas, pode ser explicada de várias formas. Em primeiro lugar, parece se confirmar em Belém, o que Villaça (2001) observou em várias capitais brasileiras, que a segregação se manifesta em diferentes regiões gerais, ou conjuntos de bairros numa metrópole, não apenas em uma única região, ou bairro de determinada camada social. No caso de Belém, pode-se localizar áreas de segregação em vários bairros da cidade, principalmente, os mais centrais, e, portanto, mais equipados como: Nazaré, Batista Campos e Umarizal, aproveitando-se, inclusive, as franjas destes. Em alguns bairros, as “manchas” de segregação sócio-espacial são ainda muito tímidas e inexpressivas, mas que tendem a se confirmar. Em segundo lugar, a segregação que se

configura em Belém tem características muito fortes, pois reflete gritantemente, a concentração de renda que se canaliza e se materializa na metrópole paraense e a exigüidade social no uso do seu solo intra-urbano, igualmente exíguo.

Alguns outros pontos importantes a destacar, também, são o perfil dos proprietários em potencial dos imóveis verticalizados, na sua grande maioria são paraenses, empresários, políticos e profissionais liberais bem sucedidos, como também, a crescente redução da cobertura vegetal e a alteração das feições morfológicas do sítio urbano que acompanha as áreas verticalizadas.

O fato é que a segregação sócio-espacial que se desenha em Belém revela, entre outras coisas, uma cidade fortemente dividida, onde parcela privilegiada da população opta por morar de frente para a Baía de Guajará ou para as verdes e belas praças, ou, na pior das hipóteses, sem essas amenidades físicas, mas com as amenidades trazidas pelo conforto da proximidade dos equipamentos urbanos, alocados na área central da cidade, assim como, dos equipamentos das áreas internas de lazer.

Notas

¹ Igarapés são denominações dadas a pequenos rios, na Amazônia Brasileira.

² A 1ª Léguas Patrimonial foi demarcada oficialmente em 1703, obedecendo ao traçado de uma légua em arco de quadrante, das margens dos rios Pará em direção sul, e Guamá em direção norte (MEIRA FILHO, 1976). Segundo Cruz (1973), ela teria sido estabelecida em 1881, com extensão de 4.110 ha.

³ *Baixadas* são áreas cujas cotas não ultrapassam 4m, localizadas na maioria dos bairros da cidade. Elas são ocupadas pela população de baixa renda e apresentam grandes problemas sanitários, agravados pelo alto índice pluviométrico (3.200mm/anuais, em média), pelas contribuições dos próprios esgotos, pelas marés e descargas das áreas altas.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, A. L. *Construindo a utopia: modernidade e urbanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado), UFRJ/ IPPUR, 1988.

CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COIMBRA, O. *A saga dos primeiros construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CORREIA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989 (Série Princípios).

_____. "Metrópoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro." In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, pp. 67-114.

FERREIRA, C. F. *Produção do espaço urbano e degradação ambiental: um estudo sobre a várzea do Igarapé Tucunduba, Belém-Pa*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Física), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.

LAGO, L. C. do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000.

LIPIETZ, A. *Le tribut foncier urbain*. Paris: F. Maspero, 1974.

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MEIRA FILHO, A. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa, 2 vols, 1976.

MORAES, A C. R. e COSTA, W. M. da. *Geografia crítica: A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, J. M. G. C. de. *Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização de Belém*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH/USP.

PENTEADO, A. R. *Belém – Estudo de geografia urbana*. Belém: Edufpa., 1968, 2 vols., (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

PRETECEILLE, E. "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, L. C. Q.; JUNIOR, O. S. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, pp.65-89.

RIBEIRO, L. C. de Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ IPPUR/ UFRJ/ FASE, 1997.

_____. "Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social". *São Paulo em Perspectiva*, v. 9, nº 2, abr./jun. 1995, pp. 25-32.

SARGES, M. de N. *Riquezas produzindo a Belle Époque – Belém do Pará (1870/1910)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

SMOLKA, M. O. *Estrutura intra-urbana e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica*. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1983.

SOMEKH, N. *A (des)verticalização de São Paulo*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado), FAU/ Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, M. A. A. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo, 1989. Tese de Livre-Docência, FFLCH/ Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOPALOV, C. *Les promoteurs immobiliers*. Paris: Mouton, 1974.

_____. *Le profit, la rente et la ville*. México: Edicol, 1979.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.

